

Educação Infantil em Mato Grosso (1920 -1945)

ELTON CASTRO RODRIGUES DOS SANTOS¹

eltoncastr@gmail.com

ELIZABETH FIGUEIREDO DE SÁ²

bethfsa@uol.com.br

Introdução

Com o surgimento do primeiro jardim de infância no Brasil, em 1875, volta-se os olhares para a importância dessa modalidade de instituição. No Brasil, o Souza Bandeira Filho (1883), Inspetor Geral da Instrução Pública, ao retornar de viagem à França, Suíça, Áustria e Alemanha em 1883, para obter informações sobre o jardim-de-infância e outras instituições de educação infantil, publicou um relatório. Neste relatório,

o autor afirmava que eram raros, nesses países, os Kindergarten abertos gratuitamente à frequência pública. Em geral, eram mantidos por associações que exigiam uma contribuição mensal mais ou menos elevada, preferindo, na admissão, os filhos dos associados, pertencentes a família abastadas (KUHLMANN Jr, 2001, p.4).

Dessa forma, a implementação de instituições de educação pré-escolar no Brasil aconteceu de modo diferenciado para a elite e para a classe popular, sendo os jardins-de-infância para as crianças da elite, e as creches e escolas maternas para a classe popular. Segundo Souza Bandeira (1883), para atender as crianças pobres foram criadas instituições com fins assistencialistas.

Diante do explicitado, pretende-se com esse trabalho, pautado análises documentais, como: Relatórios de Presidentes de Províncias, de Diretores e Inspetores da Instrução Pública, Mensagens e Legislações, desvendar quando se iniciou o atendimento educacional para crianças entre 3 a 6 anos em Mato Grosso no período

¹ Mestrando em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do departamento Teoria e fundamentos da Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – IE/UFMT.

entre 1920-1945. O recorte temporal foi escolhido por contemplar o período da criação dessa instituição até o final do período republicano.

Os pressupostos teóricos - metodológicos que embasam esta pesquisa estão sendo analisados a partir de categorias de análise que constituem o entendimento sobre os aspectos da cultura escolar, como finalidades da escola, o papel e as práticas escolares, educação infantil e história das instituições.

De acordo Julia (2001, p. 10) cada instituição educacional possui uma cultura escolar. Para esse autor a cultura escolar não pode ser entendida sem uma análise minuciosa “das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular”. Deste modo, poder-se-ia descrever que,

[...] a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas [...] (JULIA, 2001, p.10).

Analisar a cultura escolar de cada instituição é também ter uma ideia do que se passa além dos muros escolares, pois os conhecimentos difundidos pelas instituições educacionais transmitem muito dos “[...] modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização (JULIA, 2001, p.11).

Julia (2001, p. 11) acrescenta que torna-se “conveniente compreender também, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares”.

1. Os primeiros Jardins de Infância

A expressão *jardim-de-infância* é a tradução do vocábulo alemão *Kindergarten*, de autoria de Froebel. Este desejava uma escola apropriada à criança, que, segundo a sua vontade, deveria estar em contato com a natureza. Pedia para ela a amplidão de uma atividade livre e espontânea, dirigida para um fim útil, em que o

educador deveria explorar a curiosidade da criança, sua necessidade de tocar, agir e criar, apregoando a liberdade do brincar como uma atividade primordial e de significação profunda. Todas as atividades eram direcionadas para certo tipo de ocupação, “[...] que nada mais são do que jogos nos quais a criança simula atividades do seu dia-a-dia, ou complementa através das artes plásticas as criações feitas com os dons” (ARCE, 2002 apud AMUDE e SILVA, 2008, p.02).

Segundo Kishimoto (1913 apud Lima e Freitas, 2006, p. 564-565):

A modalidade de instituição infantil designada como jardim de infância ou Kindergarten foi criada por Frederico Guilherme Froebel, em 28 de julho de 1840, em Bad Blankenburg na Alemanha, como estabelecimento tipicamente educativo [...]. O Kindergarten froebeliano destina-se à educação de crianças de 3 a 7 anos, por meio de atividades que envolviam a formação religiosa, o cuidado com o corpo, a observação da natureza, o aprendizado de poesias e cantos, exercícios de linguagem, trabalhos manuais, desenho, conto de lendas, cantos e realização de viagens e passeios.

Froebel objetivava criar um local que fornecesse ferramentas para que as crianças expressassem de maneira intuitiva o seu interior, por isso, “era mostrado à criança como montar determinado brinquedo, em seguida eram dadas as peças para que a criança montasse, todas as peças deviam ser usadas. Era uma prática pedagógica diretiva e imitativa” (AMUDE e SILVA, 2008, p.02).

De acordo com Kuhlmann Júnior (2001, p. 05),

[...] o sistema Froebel não é exclusivamente pedagógico, pois se implanta em instituições sociais e culturais, e as demais instituições também não deixam de ser pensadas a partir de idéias pedagógicas. A interpretação que acompanha a história da educação infantil, de que as instituições para crianças pobres, como creches e salas de asilos, tiveram uma identidade e uma trajetória distinta do jardim-de-infância com um caráter exclusivamente assistencial, distante de preocupações educacionais, desconsidera inúmeras evidências das inter-relações que produziram entre elas.

Vinte e três anos após a sua morte, “170 cidades da Europa e América tinham, cada qual, um ou vários jardins-de-infância. Em 1880 já eram 524 as cidades dos Estados Unidos que os possuíam e em 1881 só na Suíça, 108 cidades tinham os seus” (ÈVRARD-FIQUEMONT, 1958, p.29). Suas idéias e experiências foram divulgadas em diferentes países europeus e nos Estados Unidos.

A história da educação infantil evidencia que as creches e os asilos franceses tiveram uma trajetória distinta dos jardins de infância brasileiros. Ao longo da metade do século XIX, vários países Holanda, Itália entre outros países europeus, tiveram surgimento de instituições similares, para diferentes faixas etárias de crianças. Porém, foram os jardins-de-infância e creches de Froebel, logo chamado de escolas maternais, que passaram a ser mais disseminadas. (MARAFON, 2009).

2. A implantação dos Jardins de Infância no Brasil

No Brasil, os estudos apontam que a Educação Infantil tem um pouco mais de 100 anos. O primeiro jardim de infância brasileiro era de origem privada. Foi criado em 1875, no Estado do Rio de Janeiro, funcionando no Colégio Menezes Vieira. Esse jardim de infância funcionava em um bairro nobre do Rio de Janeiro e destinava seu atendimento a crianças entre 3 e 6 anos pertencentes à elite carioca. A educação nessa instituição infantil tinha como objetivo oferecer, às crianças da elite, “a atenção que não tinham nos lares” (SÁ, 2007, p.43).

Conforme Sá (2007) , a sua instalação provocou a reação de alguns membros da sociedade que compreendiam ser tais instituições apropriadas para o cuidado da infância pobre e não para educação dos filhos da elite. Conforme o Sr. Junqueira:

O jardim-de-infância não tem nada com a instrução, é uma instituição de caridade para meninos desvalidos, que serve para mãe ou pai, sendo minimamente pobres, quando vão ao trabalho, entreguem seus filhos àqueles asilos, como já se faz entre nós e até na Bahia, em algumas casas dirigidas pelas irmãs de caridade. Mas aqui era preciso dar esse nome pomposo (DOCUMENTOS “PRIMEIRA EXPOSIÇÃO PEDAGÓGICA”, 1884, apud BASTOS, 2001, p. 63)

Os argumentos do Sr. Junqueira expressavam que a preocupação com a infância girava em torno do cuidado e assistência às crianças pobres, no sentido de tirá-las da rua, isolando-as dos meios que pudessem contaminá-las, visando, desta forma, prevenir a criminalidade (KUHLMANN Jr., 1991, p.25).

Entretanto, Menezes Vieira defendeu a criação dessa instituição para as crianças mais abastadas, alegando que “na alta sociedade, os espetáculos líricos, os

passeios da Rua do Ouvidor, às estações de Petrópolis e Friburgo não permitem que as crianças recebam todo desvelo de que carecem. Se não vagam pelas ruas, vivem com os fâmulos e com os escravos, cuja influência desgraçadamente nenhum brasileiro pode ignorar” (BASTOS, 2001, p. 75). A educação para a elite estava voltada em oferecer a essas crianças, a atenção e a educação que não tinham nos lares.

Em São Paulo, inaugurou-se em 1877 a Escola Americana, uma instituição também particular, “pautada nos estudos americanos realizados pelos educadores protestantes que acreditavam na eficiência de uma metodologia inovadora para as crianças” (LIMA e FREITAS, 2006, p.03). As autoras acrescentam que,

[...] os dois primeiros jardins de infância no Brasil adotavam a concepção froebeliana como organização das suas práticas e contribuíram para a implantação do jardim de infância público, fundado já no período republicano, em 1896, o jardim de infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo.

Essa instituição, o primeiro jardim de infância público, foi criada de acordo como o Decreto de marco 1896, expedido por Bernardino de Campos, por iniciativa do Prof. Gabriel Prestes que, na época, ocupava o cargo de diretor da Escola Normal. Esse modelo educacional refletia os ideais liberais do fim do século XIX. Era destinado, praticamente, às camadas abastadas da população, assim, não tinham qualquer representatividade quantitativa (SÁ, 2007).

Os meses iniciais foram destinados à orientação das jardineiras. A essa função ocupou-se D. Rosina Nogueira Soares, professora de trabalhos manuais e inspetora da escola Normal, por conhecer bem o alemão e ter sido mestra de Jardim na Bélgica. Ela “(...) fez traduções de livros em alemão, organizando também os primeiros horários e dando instruções sobre o manejo das classes e a utilização dos jogos”. (POLIANTÉIA, 1946, p. 61).

De início, esse Jardim de Infância que iniciou com 95 alunos, teve imediata aceitação, “tanto que as melhores famílias de S. Paulo se apressaram em colocar seus filhos na instituição que se organizava”. (POLIANTÉIA, 1946, p. 61).

Por muito tempo adotou-se no Jardim de Infância o método de Froebel, e os jogos que formam os “sons”, embora aplicados de maneira diversa, ainda constituem material de apreciável valor, e do qual todos os outros métodos se originam. Em 1926 a professora do 2º período do Jardim de Infância, d.

Alice Meireles Reis, após a assistência às aulas do professor Lourenço Filho, cogitou de introduzir para sua classe a reforma trazida pela “Escola Nova”, que exigia o respeito à liberdade de ação ao interesse da criança. Seguindo-lhe os passos, outras professoras trabalharam, procurando adaptar-se à nova corrente. (POLIANTÉIA, 1946, p. 62).

Em 1924, já eram 47 as instituições, entre creches e jardins de infância pelo Brasil, principalmente nas capitais. A partir daí, muitas creches são instaladas para atender aos filhos dos operários, sempre ligadas à Assistência Social, embora houvessem, em muitos casos, profissionais da área pedagógica orientando seu funcionamento.

Na década de 1930 ocorreram varios movimentos no Brasil que repercutiam no campo educacional. Em 1930 foi organizada a IV Conferência Nacional de Educação. Em 1931 foi incluído um capítulo sobre educação e cultura na constituição aprovada e, em 1937, com o golpe de Estado, se direcionou o ensino para o aspecto técnico e profissional. (ALVES, 1998, p. 104).

Ao final da IV Conferência Nacional de Educação, inúmeras propostas foram encaminhadas pelos participantes, as quais endossaram o bojo de reivindicações da política nacional de educação.

Segundo Lima e Freitas (2006, p. 4) o atendimento pré-escolar, no Brasil, começou a ter a participação do setor público, somente a partir de “1930, com a melhoria das instituições que atendiam à infância, vinculadas a diferentes ministérios, que passaram a desenvolver trabalhos de caráter médico, assistencial e psicológico, com objetivos de uma assistência médico-higienista”. De acordo com Carvalho (2006, p. 302), esses profissionais, “descreviam o que se considerava como sendo um desenvolvimento infantil normal e classificam as condutas das crianças e de suas famílias como normais ou patológicas”.

Para Kuhlmann Junior (1998, p. 90) os higienistas tinham como objetivo principal manter a ordem e o equilíbrio social, além de apresentarem soluções que abrangessem todas as esferas educacionais, em especial à Educação Infantil.

Segundo Kramer (1995, p. 86),

[...] a história desse atendimento percebeu-se como é constante a prática de criar e extinguir órgãos burocráticos com função de controle, o que acarreta a superposição do atendimento e redundância na existência de órgãos diversos com as mesmas funções. Essa multiplicação do atendimento não é um problema meramente organizacional ou de caráter administrativo. Ela expressa a forma estratificada como a criança é encarada: o problema da criança é fragmentado e pretensamente combatido de forma isolada, ora

atacando-se as questões de saúde, ora do “bem estar” da família, ora da educação.

Com advento da Escola Nova ampliaram-se as discussões acerca da educação para a infância e provocaram novos olhares para a educação infantil. A criança passa a ser vista com mais interesse pelo setor de assistência social.

[...] à medida que as reformas se irradiavam pelo Brasil – São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia-, ao longo das décadas de 1920 e 1930, também se consolidava o ideário da Escola Nova, seja pela presença de um novo perfil de pedagogos, os “educadores e profissionais”, seja pela expansão de caráter quantitativo e qualitativo da nova literatura educacional. (NASCIMENTO, 2003 apud LIMA e FREITAS, 2006, p. 4).

Esse retrato educacional, que faziam parte os jardins de infância, começou a sofrer modificações com Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pois em 1932 foram estabelecidas novas diretrizes de atendimento para as instituições de educação (creches, escolas maternais e jardins de infância), estas passariam a oferecer assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (KUHLMANN Jr., 2000 apud LIMA e FREITAS, 2006, p. 4).

A partir dessa fase as intervenções dos médicos higienista tinham como propósito implementar um modelo educacional que não se limitasse a dimensão intelectual e englobasse também a dimensão moral e cívica. (GONDRA, 2002 apud SOUZA, 2010).

No campo da saúde, firma-se nos anos 20, a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação. No movimento educacional de regeneração nacional pela educação (CARVALHO, 1997, p. 283).

A educação era vista como solução para os problemas sociais, por isso a infância passou a ter a atenção dos diversos setores da sociedade.

A intervenção de natureza educativa sobre a criança deveria ser conduzida num primeiro momento pela família, já que o espaço doméstico se constituía no primeiro ambiente em que se processava sua vida cabendo aos médicos e educadores fornecer às famílias a instrumentalização necessária para que conduzissem a contento sua tarefa (MAGALDI, 2002 apud SOUZA, 2010, p. 67).

Dessa forma, os médicos e educadores acreditavam que a família seria incumbida por grande parte da educação da infância.

3. O Jardim de Infância em Mato Grosso

Em Mato Grosso, a documentação indica, que a criação de um jardim de infância para o atendimento às crianças de 03 a 06 anos de idade, antes do ensino primário, foi aprovada no Decreto n.º. 533 de 04 de junho de 1910. Esse documento autorizava a reorganização da instrução pública. O artigo 1º diz:

O Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Mato Grosso. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte Resolução:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reorganizar, desde já, a Instrução Publica do Estado, mediante as seguintes bases (...)

b) criando nesta capital um curso Normal Misto, que tenha por dependências duas Escolas Modelo de Primeiras letras e um Jardim da Infância para meninos e meninas de 3 a 6 anos de idade;

Art.2º - O pessoal docente dos Institutos que assim se reorganizarem e dos que novamente se recrearem em virtude e nos termos da presente Resolução, será: (...)

IV – de três Professores para o Jardim da Infância; (Decretos e Leis, 1910).

Apesar de ter sido aprovado por lei o funcionamento de um Jardim de infância, anexo à Escola Normal e à Escola Modelo, sua instalação não aconteceu como o previsto. A esse respeito, Leowigildo Martins de Mello afirma, em seu Relatório em 1911, que “Como dependência da Escola Normal e junctamente com esta, foi creada nesta capital um jardim de infância. A impropriedade do prédio que funciona a Escola Normal não permitiu ao Governo a instalação dessa escola infantil, destinada às crianças de três a seis anos de idade” (MELLO, 1911, p. 39).

Após a legislação citada, a documentação aponta para um vazio nos discursos dos governantes mato-grossenses referente às intenções de para a implantação de uma instituição de escolarização da infância de 3 a 6 anos de idade.

Com a reforma de 1910 tem-se a preocupação de introduzir o civismo nas disciplinas escolares. Essa foi uma das preocupações expressa na mensagem à assembléia legislativa em 1911, pelo Presidente Pedro Celestino. Entretanto, a educação galgaria patamares de elevado níveis, só com a “multiplicação dos núcleos de ensino

moderno, racional e prático, pelo interior do Estado, [...] pode apressar a liberdade da ignorância lastimável em que vêm crescendo nossa infância”.

Apesar das intenções do Presidente Pedro Celestino, em multiplicar o acesso da infância à educação, as fontes documentais indicam, a existência de um jardim de infância criado por iniciativa dos padres salesianos em 1914. O Álbum Graphico de Matto Grosso (1914) traz uma imagem intitulada “Jardim de infância no sertão”, na qual aparecem quatro religiosos em pé, com 23 indiozinhos sentados em tapetes ao ar livre.

Em 1930, o presidente do Estado, Annibal de Toledo, em Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual ressalta a importância da criação do jardim de infância. Ele diz:

[...] seria, entretanto, de desejar, a criação logo que pudéssemos, dos jardins de infância, para que o professor colhesse a criança nos seus primeiros annos e, afastando-a desde essa idade, a mais plástica da vida, de influencia menos benéficas, pudesse despertar-lhe o gosto pelo saber e inculcar-lhe no espirito o amor e a noção da disciplina [...]. (TOLEDO, 1930, p. 40 e 41).

Percebe-se, por meio das análises documentais que, o jardim de infância para crianças de 03 a 06 anos de idade, em Mato Grosso, deveria ter sido implementado desde 1910, por meio do Decreto nº. 533 de 04 de junho de 1910, que autorizava a reorganização da instrução pública. Contudo, mesmo com a autorização para a instalação do Jardim de infância, que funcionaria anexo à Escola Normal e à Escola Modelo, essa não aconteceu como o previsto.

Em 1930, o Diretor Geral da Instrução Pública explica alguns motivos que talvez tenham contribuído para não instalação, até aquele período, do jardim de infância em Mato Grosso. Motivos como a falta de professor capacitado, falta de fiscalização e espaço físico impróprio à contribuição com a educação tanto em escolas, a instrução destinada à infância, que era quase nada ou nula. Dados como esses apontam para o sentido de que a implementação do jardim de infância em Mato Grosso não dependia apenas de vontade política, mas sim de condições estruturais.

REFERÊNCIAS:

ÁLBUM. **Graphico do Estado de Matto-Grosso (EEUU Brasil)**. Corumbá/Hamburgo: Ayala e Simon Editores, 1914.

BANDEIRA FILHO, A.H.S. **O Jardim Infantil: sua natureza, seu fim e seus meios de ação**. rio de Janeiro: Typ. Nacional. 1883. (Relatório apresentado ao governo pelo inspetor geral da Instrução Primária e Secundária do município da Côrte)

ÉVRARD-FIQUEMONT, Jeanne. **Jardins de Infância** (Trad. Luiza S. de Moraes). São Paulo: Editora Flamboyant, 1958.

KISHIMOTO. T. M. **A pré-escola em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1988.

KULHMANN JR. Moysés. Instituições Pré-escolares Assistencialistas no Brasil (1899-1922). In: **Caderno de Pesquisa** n.78, São Paul, 1991.

_____. **O Jardim-de Infância e a educação das criança pobres: final do Século XIX, início do Século XX**. In: MONARCHA, Carlos. Educação da infância brasileira 1875-1983. São Paulo: Autores Associados, 2001.MELLO, Leowigildo Martins de. Relatório. Escolas Normal e Modelo Anexa, 1911 APMT. Cuiabá – MT.

KRAMER. S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achime, 1996.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. 1º NÚMERO – 2001. Editora Autores Associados – Campinas-SP, jan/jun de 2001.

LIMA, Ana Paula dos Santos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Nos Caminhos da História da Educação Infantil em Sergipe: o primeiro jardim de infância municipal de Aracaju – José Garcez Vieira, 2006. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação- Percusos e desafios da pesquisa e do ensino em História da Educação**, 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/49AnaPaulaSantosLima_Anamaria.pdf>. Acesso: 19/09/2010.

MATO GROSSO. Coleção de leis e decretos. **Decreto** 533. 1910. Arquivo Público de Mato Grosso.

MENDONÇA, Rubens de. **Evolução do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá-MT, Secretária de Educação e Cultura 1977.

POLIANTÉIA do 1º. Centenário do Ensino Normal de São Paulo, 1946.

REGULAMENTO da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá-MT, 1910.

REGULAMENTO da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá-MT, 1927.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno:** as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910 – 1927) – Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SILVA, Polyana Aparecida Roberta. **Reconstruindo uma experiência em Educação Infantil: A história do jardim de Infância Suzana de Paula Dias (1967 – 1972).** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

SOUZA, Marcos Paulo de. **Educação, infância e família na uberlandense estado novo:** (1937 – 1945). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação – 2010.

TOLEDO, Annibal. **Mensagem.** Apresentação à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 1ª Sessão na abertura de sua 15ª Legislatura, 1930 APMT. Cuiabá – MT.